

SEMANA SIM

**Leão XIV**

No âmbito da visita a vários países de África, o líder da Igreja Católica mostrou coragem e elegância quando criticou o líder dos EUA e terminou o périplo a alertar para a exploração de recursos e apelar à reconciliação.

**Lula da Silva**

Ao lado de Luís Montenegro, o Presidente do Brasil preferiu sublinhar o que há de estrutural e falar do "melhor momento" na relação entre Portugal e Brasil, em vez de destacar casos que correm menos bem na imigração.

**Luís Montenegro**

Foi uma semana de contactos internacionais. Recebeu Lula da Silva, Corina Machado e esteve na cimeira de Chipre. Na reforma laboral aceitou prolongar as negociações com a UGT e evitou o fim para já.

**Mário Mourão**

Apesar do chumbo da UGT à reforma laboral, mostrou disponibilidade para continuar a negociar. O não-final ainda pode ser evitado, se a UGT conseguir influenciar as alterações à lei laboral e o Governo aceitar.

SEMANA NÃO

**Álvaro Santos Pereira**

O governador tem salientado a importância da "independência" do Banco de Portugal. Mas no X foi contra a ajuda à restauração e colocou-se mais próximo de um governante do que de um governador.

**Donald Trump**

A Amnistia Internacional nomeou Trump também Netanyahu e Putin como líderes "bullies" ou "predadores". Os três são apontados como violadores do direito internacional.

Por Marta Moitinho Oliveira

INQUÉRITO PÚBLICO



NELSON GARRIDO

“A reforma laboral põe em causa a coesão social”

Amílcar Correia

Teresa Coelho Moreira
Professora universitária e autora diz que forma de negociar na Concertação Social “fragiliza o sistema”

Foi co-autora do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho em 2021, que se preocupava em garantir e compatibilizar competitividade, direitos laborais e coesão social. A proposta do Governo entra em contradição com esses princípios ou corrobora-os?

Algumas das propostas do Livro Verde deram origem à Lei 13-2023, a chamada Agenda de Trabalho Digno. E era importante que a alteração das leis laborais se adaptasse ao futuro do trabalho e da coesão social. E coesão social significa também, sem dúvida, não aumentar a precariedade, não facilitar os despedimentos. Este anteprojecto, nas várias versões, tem matérias em que me parece que a coesão social fica muito posta em causa. Com a Lei 13-2023, Portugal foi, praticamente, pioneiro a tratar de trabalho nas plataformas digitais.

Temos uma vastíssima jurisprudência sobre isso, nomeadamente ao nível do Supremo Tribunal de Justiça. Temos uma directiva da União Europeia sobre essa matéria, que todos os Estados-membros têm de transpor até 2 de Dezembro deste ano. O anteprojecto revoga praticamente tudo o que já temos, que está adaptado para a directiva. Por isso, diria que aqui não há coesão social. No mesmo Livro Verde, diz-se que a revolução digital, a inteligência artificial e a automação estão a transformar o mercado de trabalho. Ora, esse

tem sido um dos argumentos das associações empresariais para defender a proposta do Governo. Mas não há no anteprojecto nenhum capítulo dedicado a estes temas. Há uma contradição entre o que será a necessidade enumerada pelo sector empresarial e o que é a reforma laboral?

O que é certo é que a parte da inteligência artificial ou da utilização de algoritmos não consta da versão inicial. É verdade que, na proposta apresentada em Março, e também nesta proposta final, passamos a ter alguma regulamentação. Mas não há um capítulo específico. Creio que a inclusão de algumas matérias sobre inteligência artificial foi um contributo da proposta apresentada pela UGT.

Um bloqueio na Concertação Social pode ser um enfraquecimento estrutural deste modelo de negociação?

Sem dúvida que sai fragilizado desta situação. Já estamos em finais de Abril e as reuniões na Comissão Permanente da Concertação Social foram pouquíssimas. Ou seja, colocou-se completamente de lado o sistema, o modelo da Concertação

Social tal como a conhecemos. A reunião entre as confederações de empregadores e uma confederação sindical, mas não na Concertação Social, deixando de parte a maior confederação a sindical, a CGTP, que faz parte e tem de fazer parte da Comissão Permanente de Concertação Social, é uma forma de negociar que fragiliza o sistema. Podemos estar a criar legislação que é formalmente válida, mas, como se diz no jargão do direito, socialmente inaplicável, porque rompe uma lógica de compromissos?

Podemos. Há uma forte contestação social a este projecto, considerado um retrocesso e não um avanço quanto aos direitos dos trabalhadores. Há manifestações segundo as quais a proposta tem uma forte contestação social.

É autora de um livro chamado Direito do Trabalho na Era Digital, no qual fala, por exemplo, na utilização de algoritmos nas relações laborais. O direito laboral tem de ser adaptado ao mundo laboral na era digital?

O direito do trabalho tem de ser adaptado, mas costume dizer que ele tem um óptimo tutorial, porque tem vindo a adaptar-se, e é fruto de uma revolução tecnológica à data, fruto da Revolução Industrial.

Agora, tem de se adaptar ao trabalho no século XXI, mantendo, no entanto, o código genético do direito do trabalho, o ADN dele, que é um direito intuitivo, é um direito proteccionista da parte que é considerada mais fraca. Alterações que poderiam acontecer decorrem de novas formas de gestão, da utilização de algoritmos. É preciso legislar nesse sentido. Esta gestão algorítmica tem implicações enormes a nível de novos riscos. Um relatório da Organização Internacional do Trabalho, relativo aos riscos psicossociais, demonstrou que, por ano, morrem 840 milhões de pessoas trabalhadoras por riscos associados ao trabalho. E quais são estes novos riscos psicossociais? Estão relacionados com, por exemplo, organizações de trabalho mal feitas, má gestão, gestão algorítmica, um controlo permanente, a precariedade das relações de trabalho. Tudo isso representa 840 milhões de mortes, fora o impacto económico. Segundo o relatório, há uma perda de 1,37% do PIB [Produto Interno Bruto] global a cada ano. Quando falamos de redução dos tempos de trabalho no século XXI, que é isso que está em causa, o que está a acontecer é o contrário: estão a aumentar as cargas horárias.